



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1318

O USO DE LITERATURA COMO FONTE HISTÓRICA E A RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA

Giovana Maria Carvalho Martins
Marlene Rosa Cainelli (Orientadora)
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo: O presente artigo se propõe a discutir acerca do uso da Literatura como fonte para a pesquisa em História, trazendo à baila o fato de que as fontes literárias podem, muitas vezes, se apresentar como objetos de estudo complexos para o trabalho historiográfico, como evidencia Darnton (1986). Porém, apesar disto, o trabalho com tais fontes pode ser realizado sob diversos aspectos e abre um grande leque de possibilidades para os historiadores que se propõem a utilizá-las, podendo a Literatura se apresentar até mesmo como fonte privilegiada para a História por conter aspectos que outros objetos não possuem, como questões relacionadas ao imaginário da época que se estuda. Deve-se levar em conta que um livro é expressão tanto de um autor quanto de sua época e também de seus leitores, já que não se pode imaginar a Literatura sem levar em conta sua recepção.

Buscaremos também evidenciar a relação entre Literatura e História, levando em consideração que o diálogo entre ambas é um campo de pesquisa que se desenvolveu significativamente no Brasil a partir dos anos 1990, e se insere no âmbito da História Cultural. Utilizaremos, para tanto, trabalhos de autores significativos que desenvolvem pesquisas relacionadas à temática proposta, como Pesavento (2006), Chartier (2009), Sevcenko (2003), entre outros. Muitos deles apresentam opiniões divergentes, que pretendemos expor ao longo do texto, levando em consideração que é um trabalho de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: História; Literatura; fonte histórica; História Cultural.

Introdução

O diálogo entre História e Literatura é um campo de pesquisa que se desenvolveu significativamente no Brasil a partir dos anos 1990 e hoje se trata de uma temática promissora em relação às pesquisas e trabalhos publicados (cf. PESAVENTO, 2006, p. 2). Tal campo se insere nas grandes transformações observadas na historiografia ao longo do século XX e, conforme defende a autora Santos (2007),

a produção intelectual dos historiadores mudou em profundidade e em amplitude, assim também as modalidades de escrever a História, influenciada pelo surgimento de novos territórios a serem explorados pela pesquisa histórica, pelos novos objetos visando temáticas originais e pela abundância das novas abordagens. (REVEL apud SANTOS, 2007, pp. 1-2).

As discussões que dizem respeito à História e à Literatura inserem-se no âmbito da História Cultural. Para este domínio da História, “[...] a relação entre a História e a Literatura se resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo-as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (PESAVENTO, 2004, p.80).

Objetivos

Tanto História quanto Literatura são modos de explicar o presente, inventar o passado, pensar o futuro, e utilizam de estratégias retóricas para colocar em forma de narrativa os fatos sobre os quais se propõem a abordar. Ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas, possuindo um público destinatário e leitor (cf. PESAVENTO, 2004, p. 81). Entretanto, de acordo com Pesavento (2004), a História é regida pela relação que estabelece com seu objeto, e sua meta é atingir uma verdade sobre o acontecido que tenha a maior proximidade possível com o passado, e isto seria uma diferença fundamental entre ela e a Literatura (cf. PESAVENTO, 2004, p. 82). Já Borges (2010) coloca a História “[...] como processo social e como disciplina, e a literatura, como uma forma de expressão artística da sociedade possuidora de historicidade e como fonte documental para a produção do conhecimento histórico” (BORGES, 2010, p. 94). Desta forma, o objetivo geral deste texto é evidenciar a relação entre História e Literatura, entendendo que a obra literária pode ajudar a desvendar o imaginário da época e pode ser uma fonte para a História.

Desenvolvimento

A autora Lemarie, citada por Santos (2007) defende que no domínio da História, o estudo dos laços entre História e Literatura se fez possível graças a dois tipos de questionamentos epistemológicos, sendo um deles o que estabelece uma diferenciação entre o passado concreto e a narrativa construída pelo historiador a partir dele sob a forma de uma versão plausível (sendo esta distinção que aproxima o historiador do escritor de ficção literária) e o outro o que se baseia na convicção de que o passado que chega até nós através dos documentos são fragmentos, representações de fatos que ocorreram no passado – sendo, portanto, uma forma

imaginária dos dados do passado, que são irrecuperáveis da forma como ocorreram (cf. LEMARIE apud SANTOS, 2007, pp. 5-6). Neste sentido, de acordo com a autora, podemos apontar que

tanto a narração literária quanto a historiográfica pressupõe um processo e estratégias de organização da realidade, uma procura de uma coerência imaginada baseada na descoberta de laços e nexos, de relações e conexões entre os dados fornecidos pelo passado. Essa coerência – imaginada, fictícia – depende, claro, parcialmente, dos próprios dados, mas também da plausibilidade de uma significação possível, imaginada pelo escritor/historiador de tal maneira que o leitor possa reconstruí-la (LEMARIE apud SANTOS, 2007, pp. 6).

Sobre esta temática, cabe também citar Pesavento (2006) ao afirmar que tanto a História quanto a Literatura “[...] correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral”, pois os homens “[...] desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música” (PESAVENTO, 2006, p. 2).

No século XIX, cabia à Literatura ser “o sorriso da sociedade”, enquanto a História “se valia da Literatura como um recurso ilustrativo de uma afirmação sobre o passado, para confirmação de um fato ou ideia” (PESAVENTO, 2003, p. 32). Já nos anos 1960 e 1970, a Literatura estava engajada em compromissos definidos com o social, cabendo também à História um perfil crítico e uma missão de denúncia das injustiças sociais. E atualmente, conforme já mencionado,

[...]são outras as questões que articulam o debate, que aproximam e entrecruzam as narrativas histórica e literária, entendendo-as como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto” (PESAVENTO, 2003, p. 32).

Um dos grandes pesquisadores nesta área no Brasil, Nicolau Sevcenko (2003), em seu trabalho sobre Literatura moderna brasileira (com foco nas obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto), defende que a Literatura “[...] constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade” (SEVCENKO, 2003, p. 28), e é por isto que ela aparece como um ângulo para a avaliação das tensões existentes em determinadas estruturas sociais, de modo que hoje é possível afirmar a “[...]”

interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais” (SEVCENKO, 2003, p. 28).

O estudo da literatura dentro de uma perspectiva historiográfica, por sua vez, adquire significados bastante peculiares. Sevcenko defende que enquanto a Historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser” (SEVCENKO, 2003, p. 59), de modo que o historiador se ocupa da realidade enquanto o escritor é atraído pela possibilidade, um ponto que deve ser cuidadosamente considerado pelo historiador que pretende utilizar material literário em suas pesquisas (cf SEVCENKO, 2003, p. 30). Sobre tal ponto de vista, o autor cita Aristóteles que, em sua Poética, afirma que “com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa [...] – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder” (ARISTÓTELES apud SEVCENKO, 2003, p. 29), e que mesmo que as obras de Heródoto fossem colocadas em verso, elas não deixariam de ser de história.

Cabe salientar, novamente, as diferenças existentes entre História e Literatura. É fato que a literatura é muitas vezes ficcional, e não retrata personagens que de fato existiram. Sevcenko afirma que não há dúvidas de que a literatura é antes de mais nada um produto artístico, cuja função é comover e agradar o leitor – porém, da mesma forma que não há uma árvore sem raízes e não se pode imaginar a qualidade de seus frutos sem levar em conta as condições de seu solo, do clima e das condições ambientais, a literatura é produto de seu tempo e é reflexo das condições socioculturais do meio em que os autores se inserem (cf. SEVCENKO, 2003, p. 29). Pesavento (2006) também discute sobre isto e defende que

a sintonia fina de uma época, fornecendo uma leitura do presente da escrita, pode ser encontrada em um Balzac ou em um Machado, sem que nos preocupemos com o fato de Capitu, ou do Tio Goriot e de Eugène de Rastignac, terem existido ou não. Existiram enquanto possibilidades, como perfis que retraçam sensibilidades. Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida (PESAVENTO, 2006, pp. 2-3).

Deste modo, mesmo que um livro de ficção não retrate personagens que existiram, o que se observa muitas vezes são livros que trazem situações que foram muito comuns à época em que o livro se passa, ou ainda personagens baseados em uma ou várias pessoas que de fato viveram. Nosso objeto de estudo é o livro do

escritor francês Victor Hugo intitulado “Os Miseráveis”, ambientado no contexto da França pós-Revolução de 1789, e retrata a vida de diversos personagens em situações que eram muito comuns à época, como a pobreza, a prostituição, o furto de comida, etc. Mesmo que não tenha existido um Jean Valjean ou uma Fantine tal e qual são retratados no livro, o que se tem são muitas pessoas que, vivendo no período, passaram por muitas situações semelhantes às dos personagens retratados no livro.

Porém, Roger Chartier (2009), autor francês que é referência no estudo da história dos livros, publicação e leitura, traz uma concepção distinta sobre esta questão. Ele afirma que nos dias de hoje, muitas razões contribuem para ofuscar esta distinção tão clara entre História e Literatura. “A primeira é a evidenciação da força das representações do passado propostas pela literatura” (CHARTIER, 2009, p. 25). O teatro dos séculos XVI e XVII e o romance do século XIX se apoderaram do passado, de modo que deslocaram fatos e personagens históricos para a ficção literária, colocando em cena ou nas páginas situações que foram reais ou então que são apresentadas como real (cf. CHARTIER, 2009, p. 25). Outra razão que faz essa distinção vacilar é o “[...] fato de que a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e técnicas encarregados de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica” (CHARTIER, 2009, p. 27), de modo que algumas ficções se apropriaram de técnicas da prova próprias da história a fim de garantir a ilusão de um discurso histórico (cf. CHARTIER, 2009, p. 28). A última razão desta proximidade entre história como exercício do conhecimento e a ficção (literatura ou mito) é “sedutora porém perigosa”, e trata-se da seguinte questão:

no mundo contemporâneo, a necessidade de afirmação ou de justificação de identidades construídas ou reconstruídas, e que não são todas nacionais, costuma inspirar uma reescrita do passado que deforma, esquece ou oculta as contribuições do saber histórico controlado (HOBSBAWN, 1994). Esse desvio, impulsionado por reivindicações frequentemente muito legítimas, justifica totalmente a reflexão epistemológica em torno de critérios de validação aplicáveis à ‘operação historiográfica’ em seus diferentes momentos. A capacidade crítica da história [...] deve submeter as construções interpretativas a critérios objetivos de validação ou de negação. (CHARTIER, 2009, p. 30)

Já Peter Burke (1992) discute em seu texto sobre as formas narrativas de se escrever História e sobre as discussões dentro da disciplina ao longo dos anos. Ele afirma que muitos estudiosos à época consideravam que a escrita da história estava sendo empobrecida pelo abandono da narrativa, e estava em andamento uma busca

de novas formas de narrar que se adequassem às novas histórias que os historiadores desejassem contar - “estas novas formas incluem a micronarrativa, a narrativa de frente para trás e as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos a partir de pontos de vista múltiplos” (BURKE, 1992, p.347).

Burke aponta como problema passível de discussão a questão de o historiador produzir uma narrativa que seja densa o bastante “[...] para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas - instituições, modos de pensar etc. - e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos” (BURKE, 1992, p.339). Abordando sobre possíveis intersecções entre a prática literária e a prática historiográfica, ele defende que os historiadores podem aprender algo a partir das técnicas narrativas de romancistas como Tolstói, autor de “Guerra e Paz”, que, segundo, Burke, partilhou da opinião de historiadores como Fernand Braudel “[...] sobre a futilidade dos acontecimentos, mas de fato muitos romances famosos estão vinculados a importantes mudanças estruturais em uma determinada sociedade, encarando-as em termos do seu impacto nas vidas de alguns indivíduos” (BURKE, 1992, p. 339). Os historiadores podem, então, aprender algo com as técnicas narrativas de romancistas, mas não o suficiente para resolver todos os seus “problemas literários”, já que os historiadores não são livres para inventar ações e pensamentos para personagens ou ainda, não são sequer livres para inventar personagens, “[...] além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa sobre uma família, como frequentemente o fizeram os romancistas” (BURKE, 1992, p. 340).

Ribeiro (2000) salienta que a Literatura é uma instituição social viva, que deve ser entendida como um processo, “[...] histórico, político e filosófico; semiótico e linguístico; individual e social, a um só tempo. Sua realidade transcende o texto para assumir o discurso, que conta, minimamente, com as dimensões do enunciador, do enunciado e do enunciatário” (RIBEIRO, 2000, p. 97). O autor afirma ainda que “um livro do qual não se fala, que não se lê, não existe enquanto Literatura” – ele existe sim enquanto objeto material, porém não está inserido nesta dinâmica que é a

Literatura, de maneira que “[...] será inevitável negar-lhe, no contexto contemporâneo, existência histórica e social” (RIBEIRO, 2000, p. 99).

É necessário compreender que os textos não são estáticos, e neste ínterim, a Literatura em si não está apenas no texto, ou no autor, ou no leitor. Chartier (1994) reitera esta questão afirmando que

as obras – mesmo as maiores, ou sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os experts sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce (CHARTIER, 1994, p. 09)

A Literatura é, portanto, uma dinâmica que envolve a todos, com movimento bastante dialético, de forma que o efetivo da Literatura é um processo envolvendo “[...] atores historicamente situados em contextos sociais claramente definidos. O real Dom Quixote é aquele que se instaura a cada ato de leitura. Para cada leitura haverá um Dom Quixote que é diferente, sem deixar de ser essencialmente o mesmo” (RIBEIRO, 2000, p. 97).

Da mesma forma, “Dom Casmurro” não se limita somente às palavras escritas de Machado de Assis – “muitos coautores agora habitam aquelas páginas e nos importunam, ora com as insondáveis quinquilharias críticas a respeito da culpa ou inocência de Capitu no capítulo do adultério [...]” (RIBEIRO, 2000, p. 99), ora com diferentes interpretações advindas de diferentes leitores ao longo dos tempos. Isto significa que hoje, não lemos Machado de Assis inocentemente, visto que há uma extensa bibliografia secundária e inúmeras discussões acerca de seus livros e personagens, e somos influenciados por isto quando nos debruçamos sobre este autor, por exemplo.

Darnton (1992) reitera que há uma preocupação que, apesar de todos os obstáculos, poderia conduzir a alguma colaboração entre os críticos literários e os historiadores do livro: a preocupação com a leitura. Os críticos tem tratado a literatura cada vez mais como uma atividade do que como um corpo fixo de textos, seja “desenterrando estruturas profundas ou demolindo sistemas de sinais [...]”. Insistem em que o significado de um livro não está determinado em suas páginas; e

construído por seus leitores. Assim sendo, a reação do leitor torna-se o ponto chave em torno do qual gira a análise literária” (DARNTON, 1992, p. 226)

Em relação às fontes históricas, Pesavento (2006) defende que o historiador descobre os traços do passado que restaram, convertendo-os em fonte e atribuindo-lhes significado – não há uma criação ou invenção de tais traços. As fontes não são o acontecido, pois o acesso ao passado não é possível. Trabalhamos então com traços que chegaram até nós, como já citado. “Se são discursos, são representações discursivas sobre o que se passou; se são imagens, são também construções, gráficas ou pictóricas, por exemplo, sobre o real” (PESAVENTO, 2006, p. 4). Desta maneira, os vestígios que sobrevivem à ação do tempo são restos, marcas de historicidade por um lado e representações de algo que teve lugar no tempo, por outro.

Pesavento aborda que a literatura pode operar também como um suporte para os estudos historiográficos. A coerência de sentido do texto literário pode ajudar a orientar o olhar do historiador para muitas outras fontes e contribuir para que ele enxergue o que ainda não viu, de forma que literatura possui, então, o efeito de multiplicar as possibilidades de leitura. Estaríamos, portanto, “[...] diante do “efeito de real” fornecido pelo texto literário que consegue fazer seu leitor privilegiado — no caso, o historiador, com o seu capital específico de conhecimento — divisar sob nova luz o seu objeto de análise, numa temporalidade passada” (PESAVENTO, 2006, p. 6).

A Literatura é, portanto, uma fonte privilegiada para o historiador, pois lhe garante acesso diferenciado ao imaginário, permitindo que ele enxergue traços que outras fontes não lhe forneceria. Ela é “[...] narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica” (PESAVENTO, 2006, p. 6). Pesavento (2004) coloca que a Literatura é fonte em si mesma, é testemunho de si própria, pois o que ela fornece ao historiador não é o tempo da narrativa, e sim o tempo em que a narrativa foi escrita – seu enredo contém pistas sobre o autor e também sobre a época, podendo mostrar, por exemplo, o horizonte de expectativas de um tempo, expressos em forma de literatura (cf. PESAVENTO, 2004, p. 83). O autor Borges (2010) ainda acrescenta que

no universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos [...] e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste. (BORGES, 2010, p. 98).

Neste ínterim, Pesavento (2004) também aborda que a literatura permite que se acesse o “clima” de uma época, e também o modo como as pessoas pensavam o mundo a seu redor, tornando possível que se percebam sensibilidades, valores, perfis. Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, a literatura pode ser uma fonte de indícios e indicações para pensar como e por que as pessoas agiam de determinadas formas (cf. PESAVENTO, 2004, pp. 82-83).

Cabe ressaltar que a análise de fontes literárias pode ser complexa. Darnton (1986), por exemplo, trabalha com contos populares na Europa no período Moderno em especial nos séculos XVII e XVIII, como os conhecidos “Contos da Mamãe Ganso”. Muitos destes contos possuem diversas versões e adquiriram características peculiares em cada região em que as histórias eram contadas, mas ainda é possível estudá-los a partir das estruturas, atentando-se à maneira como a narrativa se organiza e como os temas se combinam, sem que se concentre nos pequenos detalhes que divergem de uma história para outra. Além disto, grande parte deles nem ao menos pode ser datado precisamente, visto que baseiam-se na tradição oral. Mas esta questão da datação muitas vezes imprecisa não pode ser empecilho para que os contos sejam utilizados enquanto fontes históricas. O autor firma que o maior obstáculo, em seu caso, é o fato de ser impossível escutar as histórias da maneira como elas eram contadas, pois muitos dos dispositivos da oralidade (como pausas dramáticas, sons e gestos) configuram o significado dos contos e escapam ao historiador (cf. DARNTON, 1986, pp. 32-33).

O autor argumenta que “rejeitar os contos populares porque não podem ser datados nem situados com precisão, como outros documentos históricos, é virar as costas a um dos poucos pontos de entrada no universo mental dos camponeses, nos tempos do Antigo Regime” (DARNTON, 1986, p. 32), afirmando também que

[...]na verdade [...], os contos populares são documentos históricos. Surgiram ao longo de muitos séculos e sofreram diferentes transformações, em diferentes tradições culturais. Longe de expressarem as imutáveis operações do ser interno do homem, sugerem que as próprias mentalidades mudaram (DARNTON, 1986, p. 26).

É importante salientar ainda que quando utilizam a Literatura enquanto fonte, os historiadores não têm a preocupação de investigar se a representação do passado expressa por determinado escritor está de acordo com a historiografia (pois esta não é a intenção do literato), e também não se inclinam apenas em garimpar informações históricas dentro do conto ou romance em questão – seu interesse é na realidade pelo tempo do escrito, e sua atenção é dirigida em torno da elucidação da mentalidade de uma época (cf. ABUD; SILVA; ALVES, 2011, p. 46). Pesavento (2004) também concorda com esta questão, afirmando que o historiador que se debruça sobre a Literatura não deve procurar nela a determinação de um fato ocorrido ou de um personagem real do passado, ou ainda confirmação de fatos registrados – se o objetivo é este, “[...] não é a esse tipo de fonte que deve recorrer” (PESAVENTO, 2004, p.82). Outro ponto essencial, salientado por Borges (2010) é dedicar devida atenção à forma como a linguagem literária funciona, levando em consideração a pluralidade e a instabilidade dos textos, buscando recuperar suas multiplicidades de sentido, visto que não há um único sentido estabelecido nas obras. Borges também acredita ser imprescindível esquivar-se do caminho da crítica e da história literária tradicional, cujo foco era o sentido do texto em si e não a preocupação com as práticas social e histórica (cf. BORGES, 2010, p. 105).

Algumas questões devem ser levadas em consideração quando se utiliza a literatura como documento para a produção de conhecimento histórico. É necessário que se pense sua estética, “o cânone literário pertinente a esse tipo de escrita e que foi considerado para sua avaliação, pois o valor e a importância de um texto literário não são absolutos” já que o historiador pode recorrer “tanto aos escritores apreciados e reconhecidos como grandes pelo grupo de agentes intelectuais, quanto àqueles considerados como menores e medíocres” (BORGES, 2010, p. 101). Outro fato é que o historiador da cultura que trabalha com fontes literárias lida com a questão de que raramente ele é o primeiro leitor do documento escolhido, de maneira que é necessário “[...] abordá-lo em diálogo com uma escala, um sistema

de referências, uma história literária, que já classificou, hierarquizou as escritas, as obras e os autores” (PARIS apud BORGES, 2010, p. 107). Além disto,

reconhecer as regras e as convenções estabelecidas pelos agentes e produtores intelectuais, as quais são elementares no processo de reconhecimento do produtor e do produto, dando-lhes prestígio ou não dentro [do] campo intelectual e da cultura, explicita o estatuto do texto e ilumina sobre as aproximações e os distanciamentos que estes possuem em relação à realidade a que se referem e representam (BORGES, 2010, p. 101)

Ao utilizar a Literatura enquanto fonte, o historiador deve também observar como o autor do texto literário “[...] alia as regras de escritas, as restrições, os critérios e as convenções, o estético e o criativo à elaboração de suas reflexões sobre a realidade que o cerca e aquela que representa”. O conteúdo, as questões abordadas dentro do texto devem ser problematizados também e relacionados “à dimensão temporal, buscando perceber o texto como campo de tensões e contradições (BORGES, 2010, p. 102). Desta forma, conforme Borges (2010), utilizar a Literatura requer reflexões e problematização sobre ela, e há a necessidade de historicizá-la,

[...] seja ela conto, crônica, poesia ou romance -, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo. (CHALOUB; PEREIRA apud BORGES, 2010, p.103)

Borges salienta que não há literatura sem o contato com a sociedade, a cultura e a história. O autor afirma que “[...] a criatividade, a imaginação e a originalidade, partem das condições reais do tempo e do lugar, as quais, ressaltamos, podem ser concretas ou não, da existência social e de suas experiências” (CANDIDO apud BORGES, 2010, p. 103), e relembra que o autor de um texto está inserido na realidade sociocultural de seu tempo e dialoga com ela quando produz sua obra. (cf. DAVI apud BORGES, 2010, p. 103).

Em suma, buscamos abordar o diálogo (ou a tentativa de diálogo) que há entre História e Literatura. Alguns autores colocam uma distinção clara entre elas, como Sevcenko, que defende que a Literatura é caracterizada por trabalhar com possibilidades, enquanto a História lida com a realidade, levando em consideração que a Literatura não tem compromisso com os fatos chamados históricos – ou seja, ela não tem o compromisso de ser fiel aos acontecimentos do passado. Já outros autores, como Chartier, apontam que esta distinção não se apresenta de forma tão

clara, defendendo esta visão a partir do fato de que o romance do século XIX, por exemplo, tem por característica o deslocamento de fatos e personagens históricos para a ficção, fazendo com que a linha que separa História e Literatura se apresente de maneira cada vez mais tênue.

Considerações Finais

De qualquer forma, ao optar por utilizar a Literatura enquanto fonte, o historiador deve tomar os mesmos cuidados que toma ao lidar com todas as categorias de fontes, sendo necessário que se volte para ela de maneira adequada, entendendo que um livro é expressão tanto de um autor quanto de sua época e também de seus leitores, já que não se pode imaginar a Literatura sem levar em conta sua recepção. Borges (2010) coloca, de maneira sucinta, que a Literatura, seja ela na forma de crônica, conto ou romance, se apresenta “[...] como uma configuração poética do real, que também agrega o imaginado, impondo-se como uma categoria de fonte especial para a história cultural de uma sociedade” (BORGES, 2010, p. 108).

Enfim, acreditamos que apesar de muitas vezes as relações entre História e Literatura se estreitarem, ainda há a diferença fundamental entre elas que é o compromisso da História com os acontecimentos históricos – ou seja, um historiador que deseja realizar um trabalho historiográfico não pode inventar personagens ou situações, por mais que elas sejam passíveis de ter acontecido em determinado contexto. Tal questão é trabalho da literatura, já que um escritor pode se apropriar do contexto e criar as situações que desejar dentro disto para atrair seu público. Transpondo esta discussão para o objeto de estudo que nos propomos a analisar, que é o livro do escritor francês Victor Hugo intitulado “Os Miseráveis”, vale lembrar que o autor trata de temas muito comuns à época em que se passa o romance, especialmente a questão da miséria, que permeia não só o romance como a França à época da Batalha de Waterloo (em 1815) e dos motins de junho de 1832, que não são apenas pano de fundo da história, mas a permeiam e definem por inteiro. O trabalho de Victor Hugo é, portanto, um texto literário, pois as situações e personagens da forma como estão retratados são fictícias (mesmo que o autor tenha se inspirado em personagens reais).

Referências

- ABUD, Katia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de História**. 1a. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. v. 1.
- BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BORGES, Valdeci Rezende. **História e Literatura: Algumas Considerações**. Goiás: **Revista de Teoria da História**, Ano 1, n. 3, junho/ 2010.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994, 2ª Ed.
- _____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. História da leitura. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: Novas Perspectivas**. SP: Edit. Da UNESP, 1992, p. 199 – 232.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.
- _____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.
- _____. **História & literatura: uma velha-nova história**, Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>
- RIBEIRO, Luis Filipe. **Geometrias do Imaginário**. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento, 2000.
- SANTOS, Zeloí Aparecida Martins dos, **História e Literatura: uma relação possível**. **Revista Científica**, Curitiba, ano II, v.2, jan-dez/2007. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloidossantos.pdf>
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2003, 2 ed.